

A Situação Social da América Latina e seus Impactos sobre a Família e a Educação: questionamentos e buscas *

Bernardo Kliksberg **

RESUMO

A América Latina concentra hoje expressivos setores da sociedade vivendo abaixo da linha da miséria. No Brasil, estima-se que 43,5% da população ganhe menos de 2 dólares por dia e 40 milhões de pessoas vivam na miséria absoluta. Essa situação de pobreza é agravada pelo quadro de desigualdade na distribuição de renda, encontrando-se a América Latina com o pior coeficiente no âmbito mundial. As acentuadas disparidades sociais da região têm impactos negativos sobre a capacidade de poupança nacional, sobre a dinâmica do mercado interno e sobre a saúde pública, favorecendo a exclusão social, corroendo a confiança interna e debilitando a governabilidade democrática. A família e o sistema educacional, como matrizes formadoras do capital humano de uma sociedade, são pois afetados negativamente pelo impacto da pobreza e da iniquidade. Este artigo busca apresentar um panorama da questão social na América Latina, enfatizando dois de seus principais pilares: a família e a educação.

Palavras-chave: *desigualdades sociais, políticas públicas, família, educação, governabilidade*

ABSTRACT

Nowadays, Latin America gathers significant society sectors living below poverty line. It is estimated that in Brazil 43,5% of the population earns 2 dollars a day and 40 million people live in absolute misery. This situation is worsened by the unbalanced income distribution, and Latin America has the worse ratio at world level. The region clear social disparities have negative impacts on the national saving capability, internal market dynamics and public health. Such disparities cause social exclusion, undermine the national trustworthiness and weaken the capability of governing democratically. Thus, poverty and iniquity have negative impacts on family and education system, which are matrixes that shape the society human resources. The present article intends to present the Latin America social panorama, focusing its two main pillars: family and education.

*Os originais foram gentilmente cedidos para esta Revista. Tradução de Marise Manoel.

**Coordenador do INDES/BID para o Desenvolvimento Social e professor honorário da Universidade Nacional de Buenos Aires. E-mail: bernardok@iadb.org.

Key words: *social inequality, family, education and governing capability*

1 OS INTENSOS QUESTIONAMENTOS SOCIAIS

A evolução da situação social na América Latina tem gerado fortes preocupações em amplos setores. Diversos organismos internacionais, dentre eles as Nações Unidas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), vêm chamando a atenção para os alarmantes indicadores de déficits sociais. A Igreja, por meio de suas autoridades máximas, tem feito repetidos chamamentos para que se dê prioridade às sérias dificuldades que extensos grupos da população experimentam. Os cidadãos têm indicado, por diversas vias, que consideram que seus problemas de maior gravidade se encontram na área social. Indagados sobre quais seriam os problemas mais importantes, numa amostra de quase 15 mil pessoas, representativa de 14 países da região (LatinBarómetro, 1998), apontaram os seguintes: desemprego (21%), ao qual se soma instabilidade no emprego (6%); precariedade da educação (18%); baixos salários (8%); pobreza (7%); e corrupção (7%). Todos os problemas priorizados são sociais. E a todos eles se agregam as práticas de corrupção.

A preocupação generalizada com o social encontra fundamentos muito concretos na realidade. Ocampo (1998) caracteriza o conjunto da situação do seguinte modo: "Seguem aumentando os níveis de pobreza absoluta, os níveis de desigualdade não mostram melhorias, e segue crescendo o emprego no setor informal".

Efetivamente, estimativas nacionais recentes assinalam que expressivos setores da população estão abaixo da linha da pobreza em numerosos países. O informe "Estado da Região" (PNUD – União Européia, 1999) indica que mais de 60% dos 34,6 milhões de centro-americanos vivem na pobreza e 40% desses, na miséria. Essas estimativas assinalam que se encontram abaixo do umbral da pobreza 75% dos guatemaltecos, 73% dos hondurenhos, 68% dos nicaragüenses e 53% dos salvadorenhos. Mais de 10 milhões de centro-americanos (29% do total) não têm acesso a serviços de saúde, e dois de cada cinco carecem de água potável e saneamento básico. Um terço dos habitantes são analfabetos. Segundo aponta o informe do PNUD, as cifras são piores para a população indígena. Na Guatemala, por exemplo, a pobreza é de 86% entre os indígenas e de 54% para os não indígenas. No Equador, estima-se que 62,5% da população se encontra abaixo da linha da pobreza. Na Venezuela, estimativas oficiais apontam que cerca de 80% da população vive na pobreza. Estima-se que 10 milhões de pessoas (41,74% da população) encontram-se na pobreza extrema (FUNDACREDESA, 1999). No Brasil, aproximadamente 43,5% da população ganha menos de 2 dólares por dia e 40 milhões vivem na pobreza absoluta. Na Argentina, estimativa recente (1999) indica que 45% da população infantil, menor de 14 anos, vive abaixo da linha da pobreza.¹

A região apresenta elevados níveis de desocupação e informalidade, que são a causa central da evolução da pobreza. Segundo Víctor Tokman (1998), a taxa média de desemprego subiu de 7,2%, em 1997, para 8,4%, em 1998, e se estima que alcance 9,5% em 1999. A essas altas taxas se soma a elevação da porcentagem de mão-de-obra ativa que trabalha na economia informal, constituída em ramos importantes por ocupações instáveis, sem base econômica sólida, de reduzida produtividade, baixos rendimentos e

¹ O tema dos problemas sociais com que se defronta a região é tratado mais detalhadamente em Bernardo Kliksberg: "Cómo enfrentar los déficits sociales de América Latina", incluído em Bernardo Kliksberg (comp.), Pobreza: Un tema impostergable. Nuevas respuestas a nivel mundial", Fondo de Cultura Económica. 4ª edición, 1997. N.T.: No Brasil, acha-se traduzido com o título Pobreza: uma questão inadiável - novas propostas a nível mundial. Trad. de Cláudia Schilling. Brasília: ENAP, 1994.

ausência de toda proteção social. A informalidade implica, segundo Tokman (1998), um processo de queda da qualidade dos trabalhos existentes. Em 1980, trabalhava na economia informal 40,6% da mão-de-obra não-agrícola ocupada; hoje, esta é de 59%. A isso se agrega a precarização. Há um número crescente de trabalhadores sem contrato e sob contratos temporários. Aproximadamente 35% dos assalariados estão nessas condições na Argentina, Colômbia e Chile, e 74% no Peru.

TABELA 1 - TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO ENTRE OS JOVENS, NAS ÁREAS URBANAS

PAÍS	SEXO	TAXA DE DESEMPREGO DA POPULAÇÃO (%)	
		TOTAL	De 15 a 24 Anos de Idade
Argentina	Total	13,0	22,8
	Homens	11,5	20,3
	Mulheres	15,5	26,7
Brasil	Total	7,4	14,3
	Homens	6,4	12,4
	Mulheres	8,9	17,0
Colômbia	Total	8,0	16,2
	Homens	5,4	11,9
	Mulheres	11,6	21,0
Chile	Total	6,8	16,1
	Homens	5,9	14,0
	Mulheres	8,4	19,3
Uruguai	Total	9,7	24,7
	Homens	7,3	19,8
	Mulheres	13,0	31,5

FONTE: CEPAL, "Panorama Social de América Latina, 1997". (citado por Minujín, A., "Vulnerabilidad y exclusión en América Latina". In: Bustelo y Minujín, *Todos entran*, UNICEF, Santillana, 1998)

Um dos pontos de preocupação central, com múltiplas conseqüências, é que as sérias dificuldades ocupacionais são ainda de maior envergadura nos grupos jovens. Assim o indica a tabela 1, a seguir:

Como se observa, o desemprego entre os jovens faz quase duplicar, em todos os países pesquisados, a elevada taxa de desemprego médio da economia. Isso cria um foco de conflito muito sério. Ainda, observa-se claro viés de gênero. O desemprego é superior nas mulheres jovens, comparativamente com os homens jovens.

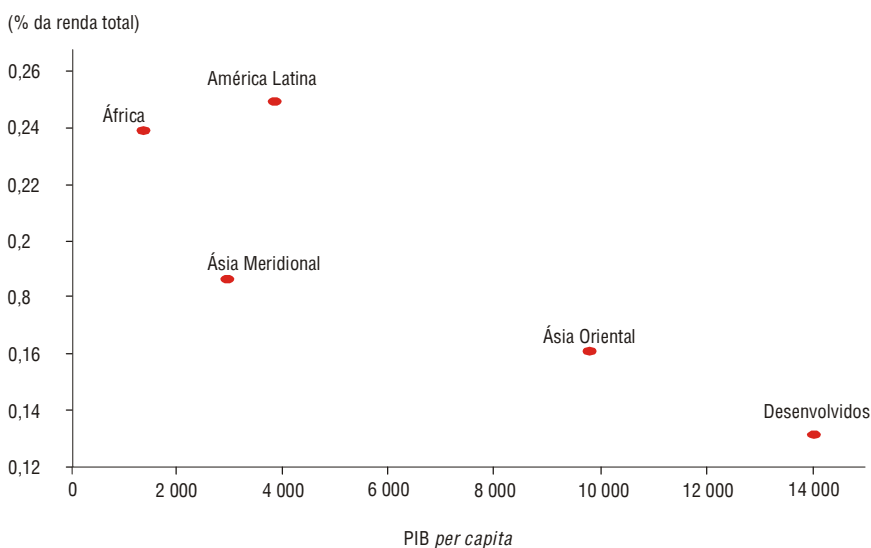
Desemprego, subemprego e pobreza se ligam estreitamente. Levam a carências de toda ordem na vida cotidiana. Uma das expressões mais extremas é a presença, em diversos países, de quadros alarmantes de desnutrição. Na América Central, estima-se que um terço das crianças menores de 5 anos tem peso e altura inferiores aos que deveriam apresentar. Na Nicarágua, dentre outros casos, estimativas do Ministério da Saúde (PNUD – União Européia, 1999) indicam que 59% das famílias cobrem menos de 70% das necessidades de ferro que requer o organismo; 28% das crianças de menos de 5 anos de idade padecem de anemias, pelo pouco ferro que consomem; 66 crianças, de cada 100, apresentam deficiências de saúde pela carência de vitamina A; e 80% da população consome somente 1.700 calorias diárias, quando a dieta normal não deveria ser menor que 2.125 calorias. A desnutrição e outros fatores levam a pronunciadas diferenças de peso e altura. Na Venezuela, uma criança de 7 anos de idade dos estratos altos pesa, em média, 24,3 quilogramas e mede 1,219 metros. Uma criança de idade similar dos estratos

pobres pesa 20 quilogramas e mede 1,148 metros. A desnutrição se dá, ainda, em realidades como a da Argentina. Estima-se que uma em cada cinco crianças da zona com maior população do país, a Grande Buenos Aires, padece de problemas dessa ordem. Informe da Organização Panamericana da Saúde e CEPAL (1998) destaca o seguinte sobre o problema: "Observa-se em quase todos os países da região um incremento de enfermidades não transmissíveis crônicas associadas com alimentação e nutrição".

A desnutrição e outros aspectos da pobreza levam a fortes retardamentos nas crianças pobres, que vão afetar toda a sua existência. Estudos do UNICEF identificaram atrasos no desenvolvimento psicomotor de uma amostra de crianças pobres a partir dos 18 meses de idade. Aos cinco anos, metade do número de crianças da amostra examinada apresentou dificuldades no desenvolvimento da linguagem, 40% em seu desenvolvimento geral e 30% em sua evolução visual e motora.

Junto à pobreza, a situação social da América Latina se singulariza por acentuadas iniquidades. Como vem ressaltando repetidamente Enrique V. Iglesias, a pobreza e a iniquidade

GRÁFICO 1 - RENDIMENTOS RECEBIDOS PELOS 5% MAIS RICOS



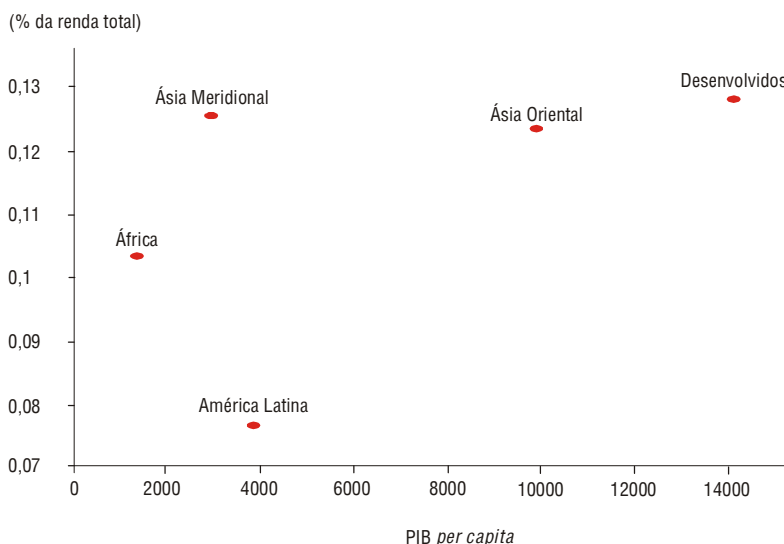
FONTE: Gráficos 1 e 2 : BID-IPES, 1998

são as duas grandes disciplinas pendentes da região. Esta se converteu, conforme indicam as estimativas, no continente de maior polarização social do mundo. O informe de Progresso Econômico e Social do BID (1998/99) mostra os seguintes dados a respeito (gráfico 1):

Como se observa, na América Latina os 5% mais ricos da população recebem 25% da renda. A proporção supera o que recebem os 5% mais ricos em outras áreas do mundo. Por sua vez, é a região onde os 30% mais pobres da população recebem a menor porcentagem da renda (7,6%), em relação a todos os outros continentes, como se verifica no gráfico 2, a seguir, elaborado pelo BID.

Em termos de coeficiente de Gini, que dá conta do nível de desigualdade na distribuição da renda de uma sociedade, a América Latina apresenta o pior coeficiente, no âmbito mundial, como pode ser observado no quadro 1, a seguir.

GRÁFICO 2 - RENDIMENTOS RECEBIDOS PELOS 30% MAIS POBRES



FONTE: Gráficos 1 e 2 : BID-IPES, 1998

QUADRO 1 - INIQUÍDADE COMPARADA

LOCALIZAÇÃO	COEFICIENTE DE GINI
Países mais desenvolvidos em termos de equidade (Suécia, Dinamarca, Países Baixos, outros)	0,25 a 0,30
Países desenvolvidos	0,30
Gini médio universal	0,40
América Latina	0,57

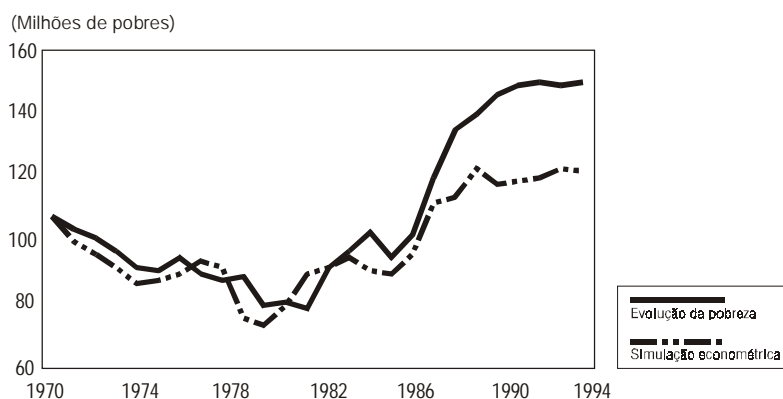
Quanto mais baixo é o coeficiente de Gini, melhor é a distribuição da renda em uma sociedade. O coeficiente da América Latina supera amplamente o dos países mais equitativos, e é significativamente mais elevado que a média mundial.

As acentuadas disparidades sociais da região têm impactos regressivos em múltiplas áreas: reduzem a capacidade de poupança nacional, limitam o mercado interno, afetam a produtividade, têm diversos efeitos negativos sobre o sistema educacional, prejudicam a saúde pública, intensificam a pobreza, favorecem a exclusão social, corroem o clima de confiança interna e debilitam a governabilidade democrática.

Iniquidade e pobreza interagem estreitamente. O aumento da iniquidade tem operado como um fator de grande peso no aumento da pobreza na região. Assim o indicam, dentre outros estudos, os realizados por Birdsall e Londoño (1997). Os pesquisadores simularam qual seria a curva de pobreza da América Latina se a desigualdade houvesse seguido, nos anos 80, os mesmos níveis que apresentava no início dos anos 70, que eram elevados, aumentando depois. As conclusões aparecem no gráfico 3, a seguir.

A linha contínua do gráfico indica a evolução da pobreza, em milhões de pobres, entre 1970 e 1995. A linha tracejada é uma simulação econométrica que indica qual teria sido essa evolução se se houvesse mantido a estrutura de distribuição de renda do início dos anos 70. A pobreza nesse caso teria se reduzido, segundo se estima, à metade da que

GRÁFICO 3 - IMPACTO DA DESIGUALDADE SOBRE A POBREZA NA AMÉRICA LATINA - 1970-1995



FONTE: Birdall, N. e J. L. Londão. "Asset inequality matters: an assessment of the world Bank's approach to poverty reduction", *American Economic Review*, May, 1997.

efetivamente ocorreu. Há um "excesso de pobreza", de importantes dimensões, causado pelo aumento da desigualdade.

Este trabalho parte dessas realidades preocupantes e se propõe a focalizar duas questões básicas: qual é o impacto da pobreza e da iniquidade sobre uma instituição fundamental do tecido social, a família?; e como afetaram o desenvolvimento dos sistemas educacionais da região? Família e sistema educacional são, em definitivo, as duas grandes matrizes formadoras dos recursos humanos de uma sociedade. Nesses dois âmbitos se define, em boa medida, a qualidade de tais recursos, que será decisiva no mundo atual, em termos de progresso tecnológico, competitividade e crescimento econômico. Por outro lado, e essa distinção é essencial, o ser humano não é somente um instrumento produtivo, mas seu desenvolvimento integral é, positivamente, o fim último das sociedades organizadas. A família e a educação são duas esferas determinantes dos graus de crescimento, realização, equilíbrio, saúde e plenitude afetiva que as pessoas podem alcançar. A sociedade e seus membros jogam, pois, papel central em seu progresso e bem-estar, nas condições em que operam as estruturas familiares e educacionais. Este trabalho trata de explorar como essas estruturas podem estar sendo afetadas pela pobreza e pela iniquidade. Trata-se de uma exploração delimitada. Foram revisados somente alguns efeitos. O tema é muitíssimo vasto e, de algum modo, o trabalho pretende ainda assinalar a urgência de que essa questão se converta em objeto de pesquisa crescente.

Perseguindo os objetivos mencionados, num primeiro momento formulam-se algumas reflexões sobre as funções relevantes que a família está desempenhando nas sociedades atuais. Logo, incursiona-se em alguns efeitos da pobreza e da iniquidade sobre a família na América Latina. Prossegue-se indagando a respeito de suas conseqüências sobre a escola na região. Finalmente, extraem-se algumas conclusões.

2 O REDESCOBRIMENTO DA FAMÍLIA

Em fins do século XX, ocorre crescente revalorização da família na sociedade. De uma perspectiva espiritual da família, esta apareceu sempre como a unidade básica do gênero humano. As grandes cosmovisões religiosas destacaram que seu peso na moral e

na afetividade era decisivo para a vida. Nos últimos anos, agregaram-se a essa perspectiva fundamental conclusões de pesquisas das ciências sociais que indicam que a unidade familiar realiza, ainda, aportes de grande valor em campos muito concretos.

Dentre outros aspectos, as pesquisas destacam o papel da família no rendimento educacional, no desenvolvimento da inteligência emocional, nas formas de pensar, na saúde e na prevenção da criminalidade.

A qualidade da escola tem, desde já, considerável incidência no rendimento educacional. O currículo, a qualificação dos docentes, os textos escolares, outros materiais de apoio utilizados, a infra-estrutura escolar influem em todos os aspectos do processo de aprendizagem. Mas há outros fatores incidentes, segundo as pesquisas. Conforme conclui a Cepal (1997), 60% das diferenças no desempenho estariam vinculadas ao ambiente educacional da vida em família, seu nível sócio-econômico, infra-estrutura da residência (aglomerados ou não) e tipo de família. Aspectos básicos da estrutura familiar teriam, portanto, forte influência nos resultados educacionais. Estariam, dentre eles, elementos como o grau de organicidade do núcleo familiar, o capital cultural que trazem consigo os pais, seu nível de dedicação para acompanhar os estudos de seus filhos, seu apoio e estímulo permanentes aos mesmos.

QUADRO 2 - INFLUÊNCIA DO AMBIENTE EDUCACIONAL E DA RENDA DO DOMICÍLIO NO DESEMPENHO EDUCACIONAL, NOS DOMICÍLIOS URBANOS DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA - MÉDIA EM 1990

COEFICIENTE DE AMBIENTE EDUCACIONAL NO DOMICÍLIO	% DE REPETÊNCIA EM CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS DE IDADE			MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DE JOVENS NÃO AUTÔNOMOS DE 15 A 24 ANOS DE IDADE		
	Quartil 1	Quartil 2	Quartil 3	Quartil 1	Quartil 2	Quartil 3
De 0 a 5,99	42	37	-	6,1	6,9	-
De 6 a 9,99	23	17	12	7,8	8,4	9,7
De 10 e mais	-	9	7	-	10,1	10,9

FONTE: P. Gerstenfeld, e outros, "Comparación regional del impacto de las características del hogar en el logro escolar", *Variables extrapedagógicas y equidad en la educación media: hogar, subjetividad y cultura escolar*, serie Políticas Sociales, N° 9, CEPAL, Santiago de Chile, diciembre de 1995

No quadro 2, a seguir, podem ser observados alguns resultados de pesquisas na América Latina:

Como se observa, à medida que melhora o ambiente educacional, decresce a porcentagem de repetência. Também existe correlação com os níveis de renda. Nos 25% mais pobres da população, e de menor coeficiente de ambiente educacional, a taxa de repetência é de 42%. Decresce para 9% nos ambientes educacionais de melhor coeficiente, que representam os 25% seguintes com relação à distribuição de renda.

Vários estudos corroboram essa tendência e o papel-chave da força do núcleo familiar. A Secretaria de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos realizou estudo cobrindo 60 mil crianças. Wilson (1994) informa sobre suas conclusões:

Em todos os níveis de renda, salvo o muito alto (mais de US\$ 50 mil ao ano), para homens e mulheres, sejam eles brancos, negros ou hispanos igualmente, as crianças que viviam com uma mãe divorciada, ou que nunca se havia casado, estavam claramente pior que as pertencentes a famílias que viviam com os dois progenitores. Em comparação com as crianças que viviam com seus dois pais biológicos, as crianças de família com um só progenitor eram duas vezes mais propensas a ser expulsas ou suspensas na escola, a sofrer problemas emocionais ou de conduta e a ter

dificuldades com seus companheiros. Também eram muito mais propensas a ter uma conduta anti-social.

As características da família têm, do mesmo modo, influência sobre outro tipo de educação, a emocional. Há significativo interesse, atualmente, no tema da denominada "inteligência emocional". Segundo indicam as pesquisas de Goleman (1995), dentre outras, o bom desempenho e o êxito das pessoas, em sua vida produtiva, não estão ligados somente a seu quociente intelectual, mas têm estreita relação com suas qualidades emocionais. Dentre os componentes dessa ordem particular de inteligência encontram-se o autodomínio, a persistência, a capacidade de automotivação, a facilidade para estabelecer relações interpessoais sadias e para interagir em grupos, e outros semelhantes. Segundo se tem verificado, com frequência pessoas de elevada inteligência emocional têm melhores resultados que aquelas com quociente intelectual maior, porém reduzidas qualidades dessa ordem.

A família exerce grande peso na conformação e desenvolvimento da inteligência emocional. As crianças percebem, nas relações com seus pais e na relação deles entre si, modos de vincular-se ao emocional que vão incidir sobre seus próprios estilos de comportamento. Destaca Goleman que: "A vida em família é nossa primeira escola para o aprendizado emocional" e, resumindo, diversos resultados de pesquisa assinalam que:

Têm aparecido dados inegáveis que mostram que ter pais emocionalmente inteligentes é, em si mesmo, um enorme benefício para a criança. As formas como um casal lida com os sentimentos recíprocos – além de seus tratos com a criança – levam poderosas lições a seus filhos, que são alunos astutos e sintonizados com as trocas emocionais mais sutis que se produzem em família. Quando as equipes de pesquisa dirigidas por Carole Hooven e John Gottman, da Universidade de Washington, levaram a cabo uma microanálise das interações que se produzem nos casais, sobre a forma como os esposos tratavam seus filhos, descobriram que os casais mais competentes no matrimônio, do ponto de vista emocional, eram também os mais eficazes quando se tratava de ajudar seus filhos em suas vicissitudes emocionais.

Outro aspecto em que a família, com sua dinâmica, vai moldando perfis de comportamento nas crianças está relacionado com a produção no campo das "formas de pensar". Naum Kliksberg (1999) assinala a esse respeito que a criança se vincula a seus pais e irmãos por meio de três modalidades básicas: de aceitação passiva, de imposição autoritária e de diálogo democrático. Nos lares, em geral, tende a predominar algum desses modelos de interação. Ressalta o pesquisador que, se o predominante é o da aceitação passiva, gera-se uma forma de pensar "submissa", que aceita argumentos e posições sem maiores questionamentos sobre seus fundamentos. Se a interação usual é a autoritária, desenvolve-se uma forma de pensar orientada para a imposição do próprio pensamento ao outro, e apenas centrada nas coerções necessárias para conquistar esse objetivo. Se, ao contrário, o modelo de interação é "dialogal democrático", a forma de pensar que se desenvolve é crítica; sabe-se ouvir o outro, trata-se de entendê-lo e de explicar-se.

No campo da saúde, Kaztman (1997) assinala, resumindo estudos efetuados no Uruguai, que as crianças extramatrimoniais têm taxa de mortalidade infantil maior, e as que não vivem com seus dois pais apresentam maiores dificuldades em diferentes aspectos do desenvolvimento psicomotor.

Ainda a área das atitudes relativas à arte está fortemente influenciada pelo ambiente familiar. Bourdieu e Darbel (1969) ressaltam a respeito: "O amor pela arte depende do capital cultural herdado, das disposições culturais transmitidas no seio da família, muito mais que das inclinações naturais e espontâneas".

Estudo realizado na Holanda ilustra essa situação (Rupp, 1997). Ao analisar famílias operárias de semelhante nível sócio-econômico, em relação à cultura, observou

que havia dois grupos de famílias. Naquelas orientadas para a cultura, os pais enviavam seus filhos a colégios que enfatizavam o cultural e, no lar, dedicavam tempo e energia a formas de arte despretensiosas, como executar instrumentos musicais e ler um livro por mês. No outro tipo, com orientação para o econômico, os pais enviavam os filhos a escolas inclinadas para o econômico, e se centravam em ganhos econômicos, bens materiais e aspectos como a aparência externa. O tipo de papel que a cultura no habitat familiar apresenta terá influência na geração de diferentes vínculos por parte dos filhos.

Uma preocupação central de nosso tempo é o aumento da criminalidade em diversos países. A família aparece, à luz das investigações a esse respeito, como um dos recursos fundamentais com que conta a sociedade para prevenir a criminalidade. Os valores inculcados nas crianças pela família, nessa matéria, desde muito cedo, e os exemplos de conduta observados, incidirão consideravelmente em suas decisões e condutas futuras. Estudo realizado nos Estados Unidos (Dafoe Whitehead, 1993) identificou que, examinando a situação familiar dos jovens em centros de detenção juvenil nesse país, mais de 70% provinham de famílias com pai ausente.

Em síntese, a família, com suas histórias e decisivas funções afetivas e morais, exaltadas em religiões como a cristã e a judaica, dentre outras, cumpre funções essenciais para o bem-estar coletivo.

A partir dessa visão, existe, em diversos países desenvolvidos, um movimento dinâmico de criação de condições favoráveis para o bom desenvolvimento e fortalecimento da família. As políticas públicas dos países da Comunidade Econômica Européia oferecem, dentre outros aspectos: garantias plenas de atenção médica adequada às mães durante a gravidez, o parto e o período posterior, amplas licenças remuneradas pela maternidade, que vão de 3 meses em Portugal até 28 semanas na Dinamarca, subvenções às famílias com filhos, deduções fiscais. Diversos países, como os nórdicos, estabeleceram extensos serviços de apoio à família, como as creches, e serviços de ajuda domiciliar a idosos e incapacitados.

A necessidade de fortalecer a instituição familiar e apoiá-la de modo concreto tem múltiplos defensores. Refletindo muitas opiniões similares, estudo realizado na Espanha (Cabrillo, 1990) coloca que "a família é uma fonte importante de criação de capital humano. Por um lado, oferece serviços de saúde em forma de cuidado de doentes e crianças, que teriam elevado custo se tivessem de ser providos pelo mercado ou pelo setor público. Por outro, é nela que tem lugar a primeira educação que recebe a criança, que é, ademais, a que apresenta uma rentabilidade mais elevada". Diante disso, indaga-se: "Na prática, não é o setor público que tem financiado grande parte dos gastos em educação na maioria dos países? Então a pergunta imediata é: "Por que somente uma parte da educação, a distribuída em escolas públicas ou privadas? Se esse tipo de educação é subvencionada, não há razão alguma para que não se subvencione também a educação dada em casa". Outro artigo recente (Navarro, 1999) reivindica "a universalização (na Espanha) dos serviços de ajuda à família", e demonstra sua factibilidade em termos de custos econômicos.

Diante dessa revalorização internacional do papel da família, e da verificação de suas enormes potencialidades de aporte à sociedade, o que ocorre de fato na América Latina? Como a pobreza e a iniquidade, já comentadas, afetam as famílias concretas da região?

3 ALGUNS IMPACTOS DA SITUAÇÃO SOCIAL SOBRE A FAMÍLIA LATINO-AMERICANA

A deterioração de parâmetros sócio-econômicos básicos da vida cotidiana de amplos setores da população da região está incidindo silenciosamente num processo de reestruturação de numerosas famílias. Está surgindo o perfil de uma família desarticulada em aspectos importantes, instável, significativamente debilitada.

Esse tipo de família dificilmente pode cumprir as funções potenciais da unidade familiar, caracterizadas no item anterior. Isso faz com que o reduto último com que conta a sociedade para fazer frente às crises sociais careça, por sua debilidade, da possibilidade de jogar o papel que poderia desempenhar.

Dentre as principais expressões dos processos em curso, com respeito às famílias, encontram-se as que se apresentam resumidamente a seguir.

3.1 MULHERES SOZINHAS CHEFES DE DOMICÍLIO

Um número crescente de unidades familiares tem apenas um dos progenitores à frente; na imensa maioria dos casos, a mãe. A correlação com a pobreza nesses casos é muito estreita. Grande porcentagem das mulheres chefes de domicílio pertence a estratos humildes da população. Estudo do BID-CEPAL-PNUD (1995) descreve assim a situação: "a quase totalidade dos países da América Latina tem porcentagens de domicílios com chefe mulher superiores a 20%, o que contribui fortemente para o fenômeno conhecido como 'a feminização da pobreza'. Os estudos da Cepal deixam em evidência a maior pobreza relativa – muitas vezes a indigência – dos domicílios a cargo de uma mulher".

3.2 EFEITOS DA FAMÍLIA INCOMPLETA SOBRE OS FILHOS

As conseqüências de pertencer a uma família na qual o progenitor masculino se encontra ausente são muito relevantes. Além do que significam afetivamente, os pais aportam a seus filhos ativos fundamentais para a vida. Em investigação pioneira sobre o tema, Kaztman (1997) reconstrói o quadro que daí resulta, assinalando o papel do pai:

A presença do pai é chave para prover ou reforçar certos ativos das crianças: i) como modelo forjador de identidades, especialmente para os varões; ii) como agente de contenção, de criação de hábitos de disciplina e transmissor de experiências de vida; iii) como suporte material, já que a falta do aporte do pai reduz consideravelmente os rendimentos da casa, particularmente porque as mulheres ganham entre 20% e 50% menos que os homens; e iv) como capital social, à medida que a ausência do pai implica a perda de uma linha de contato com as redes masculinas, tanto no mundo do trabalho como no da política, e que, além disso, ao se cortar o nexos com as redes de parentesco que poderia aportar o pai, diminuem significativamente os vínculos familiares potenciais.

A ausência do pai significará a inexistência de todos esses ativos. As conseqüências podem ser muito concretas. Afetará o rendimento educacional em face do empobrecimento do ambiente sócio-educacional da casa, pesará fortemente sobre o desenvolvimento da inteligência emocional, golpeando a saúde, criando condições propícias para sensações de inferioridade, isolamento, ressentimento, agressividade, faltando uma fonte fundamental de orientação em aspectos morais. Investigando o caso dos menores internados no Instituto Nacional do Menor, no Uruguai, Kaztman verifica que somente um em cada três formava parte de uma família normal quando se produziram os fatos que conduziram à sua internação. A estimativa, como ressalta, é sugestivamente similar à que levanta o estudo sobre centros de detenção juvenil nos Estados Unidos: 63,8% das crianças internadas no Uruguai viviam com sua mãe; 30,8%, com um padrasto ou madrasta; e 5,4%, sem seus pais.

As fortes desvantagens relativas das crianças criadas em casas desse tipo se agudizam, como assinala o pesquisador, nas condições dos mercados de trabalho modernos. Estes exigem um nível de preparação cada vez maior. Isso significa processos educativos cada vez mais extensos. Contar com uma família integrada, que apóie emocional

e praticamente esse esforço prolongado é estratégico para elevar esse nível. As crianças e jovens de famílias desarticuladas carecem desse capital social chave.

3.3 RENÚNCIA A FORMAR E MANTER FAMÍLIAS

Uma proporção crescente de homens jovens dos estratos humildes resiste a constituir lares estáveis. Isso faz aumentar as taxas de famílias irregulares e instáveis (concubinatos). Essa tendência parece fortemente influenciada pelo crescimento da pobreza, desocupação e informalidade na região. Em muitos desses casos, o jovem não vê possibilidade de encontrar emprego estável que lhe permita cumprir o papel de provedor principal dos rendimentos da casa, que se espera dele. Por outro lado, uma porcentagem significativa da população, com ocupação, ganha salários mínimos que estão abaixo dos rendimentos de que necessita para cobrir os gastos básicos de uma família, ainda que se conte com aporte feminino. A situação geral, como indicam as pesquisas, mostra, além disso, grande temor pela instabilidade que caracteriza o mercado de trabalho. A tudo isso se somam as dificuldades objetivas, como as sérias restrições para ter acesso a uma habitação. Nessas condições, o jovem não vê a si mesmo no papel de esposo e pai de uma família estável. Percebe que será quase impossível fazer frente às obrigações exigidas.

Um conflito similar parece ser aquele que leva ao abandono do lar jovens das zonas pobres urbanas. Kaztman (1992) sugere que a aparente "irresponsabilidade" com que atuam estaria influenciada pela sensação de que estão perdendo legitimidade em seu papel de esposos e pais, ao não poder cumprir com a obrigação de aportar boa parte dos rendimentos da casa. Sentem lesada sua auto-estima no âmbito externo, pela dificuldade de encontrar inserção no mercado de trabalho estável, e, no plano familiar, porque não estão atuando segundo o que se espera de seu papel. A isso se soma um crescente nível de expectativas de consumo nos filhos de moradas humildes, imposto pelas mensagens dos meios de comunicação de massa. O jovem cônjuge se sente assim muito exigido, impotente para poder enfrentar as demandas, e desacreditado. Em psicologia social, coloca-se que nessas situações altamente opressivas as pessoas tendem a enfrentá-las até as últimas conseqüências, ou a produzir o que denominam de condutas de "fuga" das mesmas.

3.4 NASCIMENTOS ILEGÍTIMOS

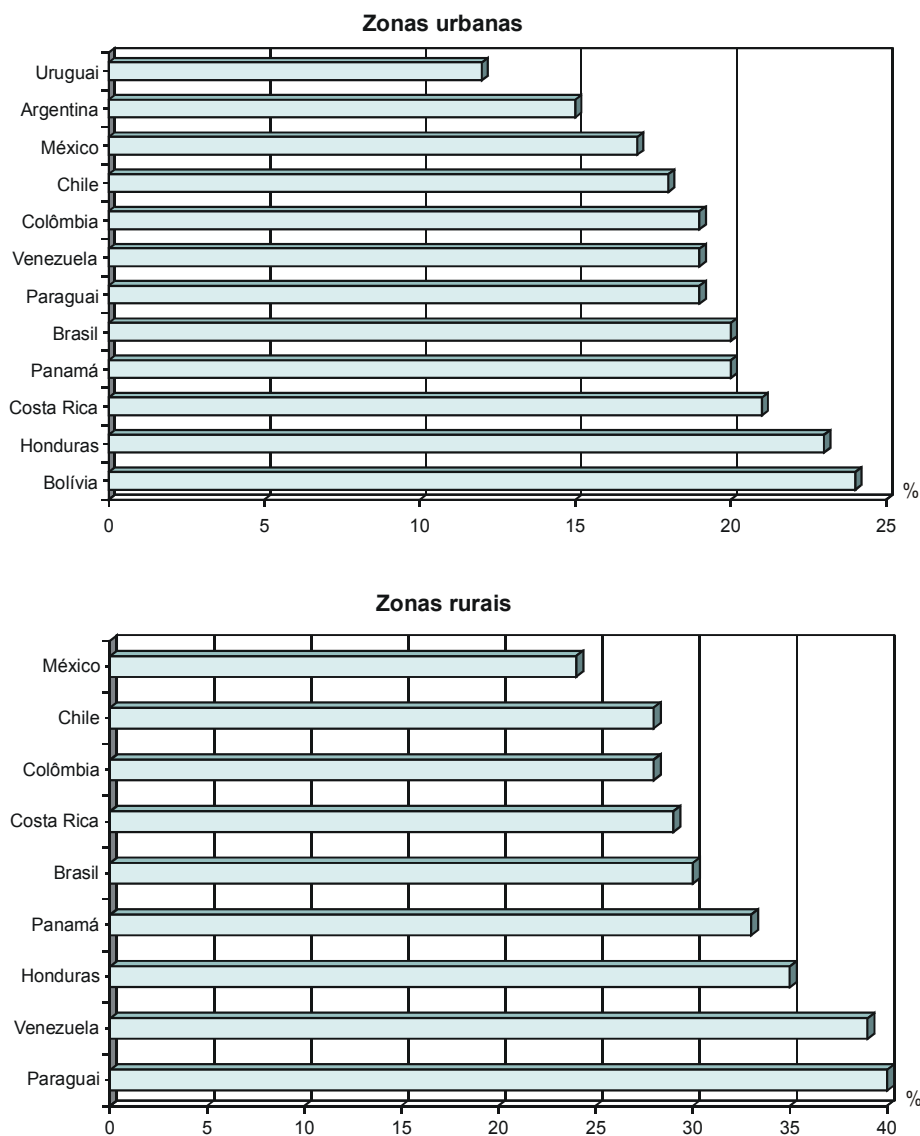
TABELA 2 - NASCIMENTOS ILEGÍTIMOS - URUGUAI - 1961/1988 - 1975/1993

LOCAL	TAXAS DE ILEGITIMIDADE (%)	
Em Montevideo		
1975	20,9	
1984	23,8	
1993	34,5	
IDADE DAS MÃES	TAXAS DE ILEGITIMIDADE (%)	
	1961	1988
No país		
15-19	25,7	47,9
20-24	15,5	30,5
25-29	11,5	20,9
30-34	11,7	21,2

FONTE: Rubén Kaztman, "Marginalidad e integración social en Uruguay", Revista de la CEPAL, N° 62, agosto de 1997

Um claro sintoma de erosão da unidade familiar é dado pelo aumento do número de filhos ilegítimos. A renúncia a formar família estimula o crescimento da taxa de nascimentos dessa ordem. Os estudos de Kaztman sobre o Uruguai mostram a seguinte tendência apontada pela tabela 2, a seguir.

GRÁFICO 4 - MULHERES ENTRE 20 E 24 ANOS DE IDADE COM FILHOS SOBREVIVENTES TIDOS ANTES DOS 20 ANOS - 1994



FONTE: CEPAL, Panorama social da América Latina, 1997

Como se observa, em apenas 18 anos o número de filhos ilegítimos em Montevideo aumentou 65%. A ilegitimidade tem mais alto nível de presença nas mães mais jovens, mas é alta em todas as idades.

3.5 MÃES PRECOCES

Tem aumentado significativamente na região o número de mães adolescentes. Pode-se observar pelo gráfico 4, a seguir, o elevado número de jovens que têm filhos antes dos 20 anos de idade.

Na grande maioria dos casos, a maternidade na adolescência não forma famílias integradas. A mãe acaba sozinha com seus filhos. É, desse modo, uma causa importante do crescimento de crianças ilegítimas, tal como já referido. Constitui, por si mesmo, uma fonte de famílias extremamente débeis.

Segundo as estimativas disponíveis, esse quadro acha-se estreitamente associado à pobreza. Nos centros urbanos, nos 25% mais pobres da população, 32% dos nascimentos são de mães adolescentes. Nas zonas rurais, 40%. Nos outros 25%, no plano

TABELA 3 - MULHERES ENTRE 20 E 24 ANOS DE IDADE COM FILHOS SOBREVIVENTES TIDOS ANTES DOS 20 ANOS, SEGUNDO NÍVEL DE POBREZA - AMÉRICA LATINA - 1994

PAÍS	TOTAL NACIONAL (%)	ZONAS URBANAS				ZONAS RURAIS			
		Total (%)	Níveis de pobreza (%)			Total (%)	Níveis de pobreza (%)		
			Indi-gentes	Pobres não ind.	Não pobres		Indi-gentes	Pobres não ind.	Não pobres
Argentina	...	15	40	30	13
Bolívia	...	24	30	31	18
Brasil	22	20	37	24	12	30	42	31	19
Chile	20	18	39	32	13	28	44	34	25
Colômbia	22	19	32	24	13	28	33	26	26
Costa Rica	25	21	54	35	16	29	44	41	26
Honduras	29	23	32	21	15	35	40	30	30
México	19	17	29	25	12	24	27	32	18
Panamá	23	20	40	32	15	33	50	37	24
Paraguai	28	19	38	32	11	40
Uruguai	...	12	76	24	10
Venezuela	22	19	36	24	12	39	58	38	31

FONTE: CEPAL, "Panorama Social de América Latina", 1997

dos rendimentos, as estimativas são de 20% nos centros urbanos e 32% nas áreas rurais. No total, 80% dos casos de maternidade adolescente urbana, da região, estão concentrados nos 50% mais pobres da população, enquanto entre os 25% mais ricos representam somente 9% dos casos. Nas zonas rurais, as estimativas são de 70% dos casos nos 50% mais pobres, e de 12% nos 25% mais ricos.

Ainda dentro dos setores pobres, observa-se que quanto maior é o nível de pobreza, mais alta é a taxa de maternidade adolescente. Assim mostra a tabela 3, a seguir:

A forte correlação entre pobreza e maternidade adolescente permite inferir que aumentos na pobreza, como os que se estão produzindo na região, atuarão como estímulo dessa ordem de maternidade e, portanto, da geração de famílias muito fragilizadas.

TABELA 4 - MULHERES ENTRE 20 E 24 ANOS DE IDADE COM FILHOS SOBREVIVENTES TIDOS ANTES DOS 20 ANOS, SEGUNDO NÍVEL EDUCACIONAL – AMÉRICA LATINA - 1994

PAÍS	TOTAL NACIONAL (%)	ZONAS URBANAS					ZONAS RURAIS				
		Total (%)	Nível educacional da mulher (%)				Total (%)	Nível educacional da mulher (%)			
			0 a 5 anos	6 a 9 anos	10 a 12 anos	13 e mais anos		0 a 5 anos	6 a 9 anos	10 a 12 anos	13 e mais anos
Argentina	...	15	48	27	8	2
Bolívia	...	24	51	34	22	8	33
Brasil	22	20	33	20	7	3	30	35	21	11	2
Chile	20	18	36	38	18	7	28	43	36	18	7
Colômbia	22	19	36	30	11	5	28	31	32	19	17
Costa Rica	25	21	32	33	13	4	29	48	31	8	4
Honduras	29	23	37	25	13	9	35	42	33	11	36
México	19	17	41	18	11	3	24	40	19	8	3
Panamá	23	20	33	37	17	5	33	48	43	19	4
Paraguai	28	19	35	27	14	(-)	40	44	40	33	12
Uruguai	...	12	36	18	10	2
Venezuela	22	19	34	28	14	5	39	54	38	17	14

FONTE: CEPAL, Panorama Social de América Latina, 1997

Uma variável central desse processo, conforme indicam as estatísticas, é um componente da pobreza: as carências educacionais. Nos centros urbanos da região, a porcentagem de mães adolescentes entre as jovens urbanas com menos de seis anos de educação é de 40%. Supera as médias nacionais de 32%. No grupo que tem 6 a 9 anos de estudo, a porcentagem de casos de maternidade adolescente decresce para 30%. Nas jovens com 10 a 12 anos de estudo, baixa para 15%, e nas que têm 13 ou mais anos de estudo, é inferior a 10%. Pode-se observar a situação por países na tabela 4, a seguir:

A situação subjacente à gravidez da adolescente nos setores desfavorecidos configura um “círculo perverso regressivo”. A pobreza e a iniquidade provocam sérios impactos nesses setores em termos educacionais, como será visto no próximo item deste trabalho. Com limitada escolaridade – lembre-se que a média de toda a América Latina é de apenas 5,2 anos, e a dos setores pobres consideravelmente menor –, estão dadas as condições que facilitam a gravidez adolescente. Por sua vez, a maternidade na adolescência irá conduzir a que essas jovens deixem seus estudos. As estimativas indicam que as mães pobres adolescentes têm 25% a 30% menos capital educativo que as mães pobres que não ficaram grávidas na adolescência, conforme se pode ver na tabela 5. Ao ter menor nível educativo, e filhos, as mães adolescentes verão reduzidas suas possibilidades de obter trabalho e rendimento, consolidando-se e aprofundando-se a situação de pobreza.

3.6 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Na região, tem grande amplitude o fenômeno da violência doméstica. Segundo Buvinic, Morrison e Schiffer (1999), entre 30% e 50% das mulheres latino-americanas – de acordo com o país em que vivem – sofrem violência psicológica em seus lares, e 10% a 35% sofrem violência física. A magnitude do problema pode ser observada no quadro 3, que resume diversas pesquisas.

Em que pese à desumanidade básica e suas múltiplas repercussões sobre a mulher, a violência doméstica causa prejuízos graves à estrutura familiar. Indica dificuldades muito sérias nessa estrutura. Tem repercussões de todo tipo sobre os filhos. Estudo realizado pelo BID na Nicarágua (1997) mostra que os filhos de famílias com violência intrafamiliar

são três vezes mais propensos a ser assistidos por médicos e hospitalizados com maior freqüência. Desses, 63% repetem anos escolares e abandonam a escola em média aos 9 anos de idade, enquanto os filhos vindos de lares sem violência permanecem, em média, até os 12 anos na escola.

Por outro lado, a violência doméstica é, por sua vez, um modelo de referência com possibilidades de ser reproduzido pelos filhos, o que levará também a que constituam famílias com sérias deficiências. Diversos estudos indicam que a taxa de condutas dessa ordem, de filhos que presenciaram em suas casas esse comportamento, supera amplamente as observadas entre aqueles que não as vivenciaram em suas famílias.

Ainda que o fenômeno seja de grande complexidade e influenciado por numerosas variáveis, a pobreza aparece claramente como um grave fator de risco. Segundo Buvinic

TABELA 5 - RENDIMENTO PER CAPITA DE MULHERES ENTRE 20 E 24 ANOS DE IDADE, SEGUNDO TENHAM TIDO OU NÃO FILHOS SOBREVIVENTES ANTES DOS 20 ANOS – AMÉRICA LATINA - 1994

PAÍS	SITUAÇÃO DA MULHER	ZONAS URBANAS					ZONAS RURAIS				
		Total	Quartis de rendimento <i>per capita</i>				Total	Quartis de rendimento <i>per capita</i>			
			1	2	3	4		1	2	3	4
Brasil	Gravidez na adolescência	8,0	7,5	8,1	9,2	10,0
	Não gravidez na adolescência	10,7	9,0	9,6	10,7	11,9
Chile	Gravidez na adolescência	5,5	4,4	5,8	7,2	8,4	3,4	2,6	3,2	4,5	5,5
	Não gravidez na adolescência	8,0	5,7	7,1	8,6	10,8	4,7	3,3	3,7	5,2	7,2
Colômbia	Gravidez na adolescência	9,8	8,9	10,2	11,2	12,1	7,5	6,7	7,5	8,4	9,5
	Não gravidez na adolescência	11,9	10,4	11,4	12,4	13,3	9,2	8,2	8,7	9,4	11,1
Costa Rica	Gravidez na adolescência	7,6	6,3	7,7	8,6	10,8	5,4	3,9	5,3	6,5	6,1
	Não gravidez na adolescência	10,1	8,1	9,3	10,7	12,1	6,5	5,0	6,3	6,7	7,7
Honduras	Gravidez na adolescência	7,7	6,9	7,0	9,0	11,2	5,8	5,0	5,9	5,8	6,7
	Não gravidez na adolescência	10,2	8,9	8,8	10,6	11,8	7,5	6,6	6,7	7,5	8,5
México	Gravidez na adolescência	6,3	4,8	6,3	6,4	10,0	4,2	4,0	3,0	4,6	5,9
	Não gravidez na adolescência	8,3	6,8	7,1	8,3	10,6	5,4	4,1	4,4	5,4	7,1
Panamá	Gravidez na adolescência	7,4	6,4	7,7	8,4	10,0	5,7	4,8	5,4	6,1	7,7
	Não gravidez na adolescência	9,2	7,9	8,9	9,5	10,9	7,2	6,0	6,9	7,6	8,2
Paraguai	Gravidez na adolescência	9,0	8,5	10,9	13,1	10,7	6,7	6,2	8,6	9,1	...
	Não gravidez na adolescência	11,4	10,3	12,4	13,6	13,5	9,2	7,8	10,3	12,4	12,9
Uruguai	Gravidez na adolescência	6,9	6,1	6,4	8,6	9,5	5,3
	Não gravidez na adolescência	9,7	7,0	8,7	10,2	11,7	5,9
Venezuela	Gravidez na adolescência	8,2	7,7	8,8	11,2	12,0
	Não gravidez na adolescência	10,4	8,8	10,1	12,3	12,5
	Gravidez na adolescência	7,7	6,7	8,1	8,5	9,7	5,5	4,6	5,5	6,4	5,7
	Não gravidez na adolescência	9,8	8,7	9,6	9,9	11,1	7,1	5,7	6,5	7,6	8,0

FONTE: CEPAL, "Panorama Social de América Latina", 1997

QUADRO 3 - PREVALÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES NAS AMÉRICAS

PAÍS/AUTOR DO ESTUDO	TIPO DE AMOSTRA	AMOSTRA	RESULTADOS
Chile Larraín Heiremans, 1994	Amostra representativa aleatória para Santiago	1.000 mulheres, de 22 a 55 anos, vivendo maritalmente por 2 anos ou mais	33,9% psicológica 10,7% física (violência séria) 15,5% física (violência menos séria)
Colômbia (1990)	Amostra nacional aleatória	3.272 mulheres das zonas urbanas 2.118 mulheres das zonas rurais	33,9% psicológica 20% física 10% sexual
Costa Rica Quiróz and Barrantes, 1994	Amostra representativa para a área metropolitana de San José	1.312 mulheres	75% psicológica 10% física 6% limitadas à sua casa
Equador (1992)	Amostra intencional do bairro de Quito	200 mulheres com baixos rendimentos	60% física
Guatemala (1990)	Amostra aleatória na Sacatepequez	1.000 mulheres	49% violentadas 74% violentadas por companheiro masculino íntimo
Haiti CHREPROF, 1996	Amostra nacional aleatória	1.705 mulheres	70% violentadas 36% violentadas por companheiro masculino íntimo
Paraguai CEDEP, CDC, USAID, 1996	Amostra nacional aleatória		9,4% física 31,1% psicológica
México Granados Shiroma, 1995	Amostra representativa de 9 cidades de Monterrey	1.086 mulheres	45,2% violentadas 17,5% física e sexual 15,6% física e psicológica
Canadá (1993)	Amostra representativa nacional	12.300 mulheres de mais de 18 anos	25% física
Estados Unidos (1986)	Probabilidade nacional	2.143 casadas ou vivendo maritalmente	28% física

FONTE: Lori L. Heise, et al., "Violence against women: The hidden burden," Banco Mundial, 1994

(1997), no Chile, por exemplo, os casos de violência física são cinco vezes mais frequentes nos grupos de baixos rendimentos, e a violência física grave é sete vezes mais comum nesses grupos, verificando-se também essas relações em outros países.

As realidades cotidianas de desocupação, subocupação, informalidade, antes mencionadas, e outros processos de deterioração econômica, tensionam ao máximo as relações intrafamiliares e criam ambientes propícios a esse fenômeno, fatal para a integridade da família.

3.7 INCAPACIDADE DA FAMÍLIA EM PROPORCIONAR UMA INFÂNCIA NORMAL

A pobreza e a iniquidade colocam numerosas famílias em sérias dificuldades para poder dar a seus filhos a infância que desejariam e que lhes corresponderia. Abre-se, ante a

pressão das carências, uma série de situações que afetam duramente as crianças, criam toda ordem de conflitos na unidade familiar e impedem que a família cumpra muitas de suas funções.

Uma das principais expressões do problema que se coloca é a figura da criança que trabalha desde muito cedo. Obedece, em muitíssimos casos, a razões essencialmente econômicas. É enviada a trabalhar, ou procura trabalho, para poder realizar algum aporte para as carências da casa e poder subsistir pessoalmente. Como já assinalou reiteradamente a OIT, a situação da criança trabalhadora é muito dura, e contraria os acordos internacionais vigentes de proteção da criança e os objetivos básicos de qualquer sociedade. São extensas jornadas, graves riscos de acidentes de trabalho, nenhuma proteção social, poucas remunerações. Desse modo, implica, em muitos casos, o atraso escolar, ou, diretamente, o abandono do sistema educacional. Isso a colocará em condições de inferioridade para ingressar no mercado de trabalho no futuro.

Os dados nacionais disponíveis seguem todos a mesma tendência. Conforme estudo da Comissão de Emprego e Bem-Estar Social do Congresso do México (1999), nesse país pelo menos cinco milhões de crianças trabalham e metade delas abandonou a escola. Setenta por cento trabalha entre 5 e 14 horas diárias. Segundo Barker e Fontes (1996), em estudo preparado para o Banco Mundial, no Brasil 50% dos jovens entre 15 e 17 anos de idade estavam trabalhando, em 1990, e o mesmo ocorria com 17,2% das crianças de 6 a 14 anos de idade. No Peru, trabalhavam 54% de crianças e jovens urbanos de 6 a 14 anos de idade. Na Colômbia, em 1992, 380 mil crianças e jovens de 12 a 17 anos trabalhavam em áreas urbanas e 708 mil em áreas rurais. As pesquisas agregam uma categoria especial, oculta, as meninas que trabalham como domésticas. Na Colômbia, em 1990, 9% das meninas entre 15 e 19 anos de idade trabalhavam nessa qualidade, vivendo fora de seus lares, em casa de seus patrões. No Haiti, conforme a OIT (1999), 25% das crianças de 10 a 14 anos formam parte da força de trabalho. Segundo dados do UNICEF (1995), na Venezuela trabalham na economia informal 1.076 mil menores, e outros 300 mil na economia formal. Na Argentina, 214 mil crianças de 10 a 14 anos de idade trabalhavam. Conforme as estimativas da OIT (1999), trabalham, no total, na América Latina, 17 milhões de crianças.

A vinculação entre pobreza e trabalho infantil é muito estreita. No Brasil, estima-se que 54% das crianças menores de 17 anos que trabalham provêm de domicílios com renda *per capita* menor que o salário mínimo.

3.8 AS CRIANÇAS DA RUA

Existe na região uma população crescente de crianças que vivem nas ruas de muitas cidades. Pode-se encontrá-las no Rio de Janeiro, São Paulo, Bogotá, México, Tegucigalpa e muitas outras cidades, sobrevivendo em condições desumanas. Buscam a cada dia o sustento para viver. Estão expostas a todo tipo de perigos. Enfurecem-se com eles os grupos de extermínio, e se estima que pelo menos três crianças da rua são assassinadas diariamente em cidades do Brasil, dentre outros países. Não se conseguiu quantificar precisamente o seu número, mas tudo indica que tende a aumentar significativamente. O BID, por iniciativa de seu Presidente, abriu mais de 30 projetos nacionais destinados a tratar de melhorar sua situação. O Papa João Paulo II, que tem denunciado permanentemente essa situação desumana, descreveu-os em recente viagem ao México, assinalando que são "[...] crianças abandonadas, exploradas, doentes". O Diretor de uma das organizações não-governamentais com mais atividade e ganhos nesse campo, a Casa Aliança, com sede na Costa Rica, Bruce Harris, destacou: "É um fenômeno social não atendido que se converteu em um problema, porque a resposta da sociedade, em

geral, é repressiva, em lugar de investir para que tenham as oportunidades que muitos de nós tivemos”.

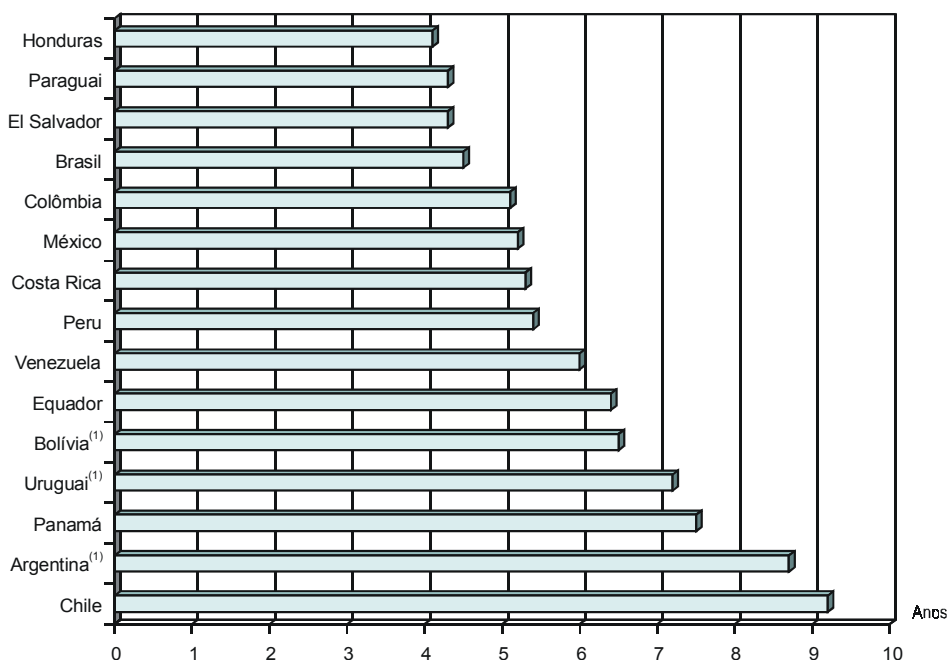
A presença e o aumento das crianças da rua têm a ver com múltiplos fatores, mas claramente, em seu centro, estão denotando uma quebra profunda da estrutura básica de contenção, a família. Os processos de erosão da família, de sua desarticulação, de constituição de famílias precárias e as tensões externas que geram no interior da família, a pauperização, minam silenciosamente a capacidade de as famílias manterem em seu seio essas crianças. É uma situação de fronteira que está indicando a gravidade da surda debilidade de muitas unidades familiares da região.

Todos os desenvolvimentos regressivos mencionados – mulheres sozinhas chefes de domicílio, renúncia por parte de homens jovens a formar famílias, nascimentos ilegítimos, mães precoces, violência doméstica, incapacidade de as famílias proporcionarem uma infância normal, crianças das ruas – devem ser vistos, em seu conjunto, como parte desse quadro de debilidade; devem ser priorizados nas políticas e por toda a sociedade; e devem ser buscadas soluções urgentes para o caso.

A família é, como se mencionou, um dos grandes marcos de formação da população de um país. O outro é a educação. No item seguinte, serão explorados alguns dos efeitos que a pobreza e, especialmente, a iniquidade estão gerando nos sistemas educacionais da região.

4 POBREZA, INIQUIDADE E EDUCAÇÃO

GRÁFICO 5 - MÉDIA DE ANOS DE ESCOLARIDADE – AMÉRICA LATINA

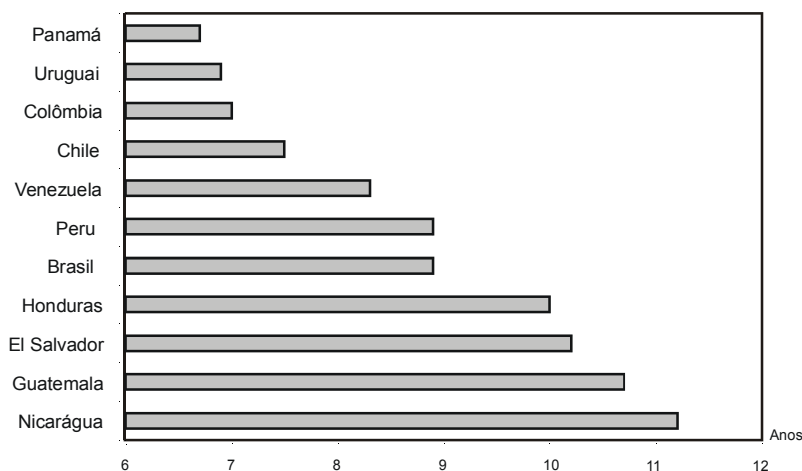


FONTE: IPES, 1998

(1) Os dados referem-se somente às áreas urbanas.

Avanços de grande importância vêm se produzindo no setor educacional da região nas últimas décadas. Estendeu-se significativamente a matrícula. Na maioria dos países, mais de 90% das crianças ingressam na escola primária. A proporção de analfabetos decresceu, baixando de 34%, em 1960, para 13%, em 1995. Porém, há sérios problemas em três áreas-chave que motivam profundas preocupações: o abandono, a repetência e a qualidade do ensino recebido.

GRÁFICO 6 - TEMPO NECESSÁRIO PARA CONCLUIR A SEXTA-SÉRIE EM ALGUNS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA - 1988-1992



FONTE: Publicaciones varias del Banco Mundial. Incluído en Claudia Piras "Una herramienta para mejorar la educación: mayor poder para las escuelas". Políticas de Desarrollo. Boletín de Investigación, BID, marzo de 1997

A grande maioria das crianças inicia a escola primária, mas, segundo se estima, menos da metade completa essa primeira etapa da educação. Também há um pronunciado abandono na escola secundária. Podem ser observadas as estimativas atualizadas de escolaridade no gráfico 5, a seguir (BID, 1999):

Como se observa, em um número considerável de países, incluídos os dois países de maior população da América Latina, Brasil e México, o número médio de anos de escolaridade alcançado pela população é inferior a 6 anos.

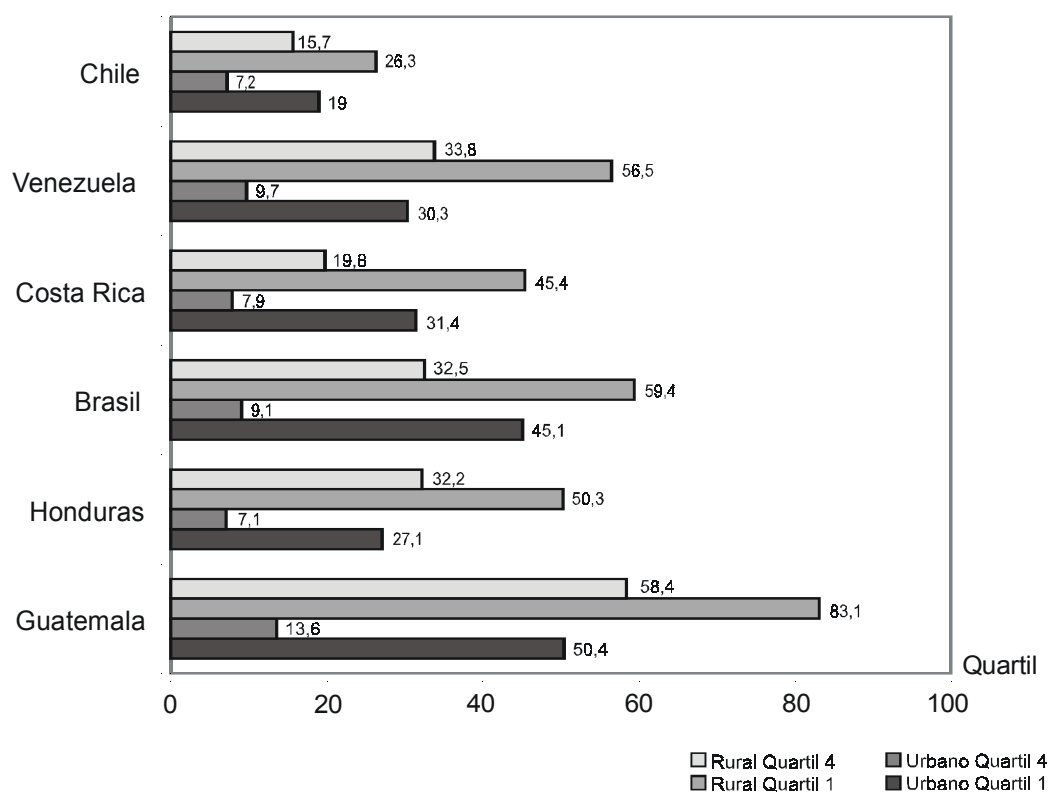
As taxas de repetência escolar são, ainda assim, muito altas. Aproximadamente metade das crianças da região repete a primeira série da escola primária, e 30% repete em cada um dos anos seguintes. Puryear (1997) estima que um aluno médio da região permanece até sete anos na escola primária, nos quais somente completa quatro séries.

Piras (BID, 1997) construiu o gráfico acima mostrando o tempo que as crianças gastam para completar seis séries de estudo em diversos países da região.

Como se adverte, na Nicarágua uma criança tarda, em média, mais de 11 anos para completar seis séries, devido às repetências; na Guatemala, aproximadamente 11; no Peru, 9; na Venezuela, mais de 8, e o problema se mostra significativo para toda a região.

Que fatores estão operando por trás de tão elevadas taxas de abandono e repetência?

GRÁFICO 7 - PORCENTAGEM DE CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS ATRASADAS NOS ESTUDOS, POR ZONA DE DOMICÍLIO E QUARTIS DE RENDA NOS PAÍSES SELECIONADOS - 1990



FONTE: Publicaciones varias del Banco Mundial. Incluído em Claudia Piras "Una herramienta para mejorar la educación: mayor poder para las escuelas". *Políticas de Desarrollo*. Boletín de Investigación, BID, marzo de 1997

Ao se desagregar as taxas de crianças atrasadas (abandono e repetência) por estratos sociais, surgem algumas tendências muito consistentes, como se observa no gráfico 7, a seguir.

Em todos os países incluídos no gráfico ocorre a mesma situação. Nas cidades, as crianças pertencentes aos 25% mais pobres da população (Urbano, Quartil 1) têm taxas de atraso muito superiores às dos 25% de maiores rendimentos (Urbano, Quartil 4). Assim, no Brasil, por exemplo, os abandonos e repetências do grupo pobre são de 45% do total de crianças; ao contrário, no grupo de melhores rendimentos, a taxa é de 9%. A probabilidade de ser uma criança atrasada no Brasil resulta cinco vezes maior se se pertence aos setores pobres. As distâncias são, assim, muito importantes nas áreas rurais, segundo o quartil de rendimentos ao qual pertencem as crianças.

Os elevados níveis de abandono e repetência aparecem estreitamente vinculados à pobreza e à iniquidade. Pertencer a famílias pobres significará desvantagens para as crianças em aspectos-chave para sua permanência e rendimento na escola. O capital educativo que seus pais podem aportar a elas tenderá a ser limitado, e os níveis de aglomeração das habitações, que impedem a concentração nos estudos e os dificultam de diversos modos, podem ser altos. Se a família está entre as numerosas famílias com apenas

um cônjuge, ou desarticuladas, isso influenciará seriamente em seus estudos. Por outro lado, como se observou em diversas realidades, a pobreza vem acompanhada de seqüelas de desnutrição. Nessas condições, a criança dificilmente pode render. Ademais, como já mencionado, parcela significativa de crianças de domicílios pobres se vê obrigada a trabalhar em idade em que deveria ter a possibilidade de se dedicar plenamente à escola, o que vai estimular seu abandono da mesma, ou dificultar seriamente seu processo de aprendizagem. Ainda que intervenham nesse quadro fatores múltiplos, pode-se estimar que, por exemplo, as altas estimativas de repetência que se observam em quatro países centro-americanos (Nicarágua, Guatemala, Honduras e El Salvador), onde as crianças levam mais de 10 anos para completar seis séries da escola primária, estão ligadas a níveis de pobreza superiores a 70% da população e a déficits nutricionais consideráveis.

Porém, a estreita vinculação entre pobreza e baixos níveis educacionais não somente opera nos países com mais pobreza da região, mas também funciona ativamente em outros com menores níveis de pobreza. Segundo recentes estimativas oficiais argentinas (Indes/Siempro, 1999), 7,9% das crianças de domicílios mais pobres ingressaram tardiamente na escola primária; ao contrário, nos domicílios mais ricos, isso ocorre somente com 4,5%. As distâncias são ainda maiores na escola secundária. Enquanto 25% dos adolescentes dos domicílios mais pobres ingressam mais tarde na escola secundária, isso ocorre com somente 8,5% dos que pertencem aos estratos mais ricos. Em geral, 27% das crianças de 6 a 14 anos de idade dos domicílios pobres repetiu alguma série, enquanto nos domicílios ricos isto se dá com somente 4,4%. Os resultados finais são, na Argentina, que somente 25% das crianças dos domicílios mais pobres terminam a escola secundária, enquanto para as crianças que vivem em domicílios ricos esse percentual sobe para 76%.

Examinando a situação de 15 países da região, o BID (1998) conclui que:

- de cada 100 crianças que começam a escola primária na Bolívia, Brasil, Colômbia e Peru, somente 15 chegam a 9 anos de escolaridade;
- de cada 100 crianças que iniciam a escola primária na Guatemala, Haiti e República Dominicana, somente 6 chegam a 9 anos de escolaridade;
- em geral, de cada 100 crianças que provêm dos 40% mais pobres da população, menos da metade chega à quinta série. Somente 10% chega à nona série.

Esse quadro, acrescido do que ocorre na escola secundária, que registra tendências semelhantes, gera uma brecha de grandes dimensões em relação aos anos de escolaridade dos diferentes estratos sociais:

- Os chefes de domicílio dos 10% mais ricos da população têm 12,1 anos de educação. Os chefes de domicílios dos 30% mais pobres, somente 5 anos de educação.
- Entre esses grupos há uma distância de 7,1 anos de escolaridade. A distância é ainda maior no México (9 anos) e no Brasil, Panamá e El Salvador (8 a 9 anos).

Pobreza e desigualdade vão modelando um padrão de oportunidades em educação absolutamente inequívoco.

As brechas no abandono e repetência somam-se as pronunciadas diferenças existentes quanto à qualidade da educação a que podem ter acesso os diversos estratos sociais.

Schiefelbein (1995) constrói, em relação ao tema, a tabela 6, a seguir, relativa aos progressos evidenciados por estudantes de 13 anos de idade de diversos países latino-americanos, em distintos tipos de escola (extrai os dados de reconhecida medição internacional, o *The International Math & Sciences – TIMSS*).

Discriminam-se, na tabela, quatro tipos de escolas, três das quais urbanas: escolas privadas de elite; escolas privadas de classe baixa ou escolas públicas de classe

alta; escolas públicas de classe baixa; e as escolas públicas rurais. Como se observa, os rendimentos seguem em geral um padrão definido.

As escolas às quais têm acesso estratos mais altos obtêm rendimento superior dos alunos. Isso está fortemente ligado à situação vantajosa de tais escolas nos aspectos concretos vitais para a qualidade do processo de aprendizagem. Os salários dos professores das escolas privadas são muito superiores, o número de horas-aula anuais é maior (nas escolas privadas é de 1.200 horas/ano; nas escolas públicas, de menos de 800; e nas

TABELA 6 - GANHOS NAS DISCIPLINAS DE MATEMÁTICA E CIÊNCIAS EM VÁRIOS PAÍSES, SEGUNDO O TIPO DE ESCOLA - 1992

DISCIPLINAS/PAÍSES	TIPO DE ESCOLA			
	Escolas Privadas de elite	Escolas Privadas de classe baixa ou públicas de classe alta	Escolas Públicas de classe baixa	Escolas Públicas Rurais
Matemática				
Argentina	50	41	33	29
Colômbia	66	32	27	35
Costa Rica	72	59	44	43
República Dominicana	60	41	29	31
Média Nacional para Tailândia	50			
Média Nacional para os Estados Unidos	52			
Ciências				
Argentina	45	43	37	28
Colômbia	47	29	36	37
Costa Rica	66	59	50	50
República Dominicana	52	38	29	29
Média Nacional para Tailândia	55			
Média Nacional para os Estados Unidos	55			

FONTE: Schiefelbein, 1995

NOTA: O estudo-piloto TIMSS para ganhos em estudantes de 13 anos.

TABELA 7 - RESULTADOS NA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA, SEGUNDO O CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL DAS ESCOLAS - URUGUAI

CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL	RESULTADOS (%)				
	Muito favorável	Meio alto	Meio baixo	Muito desfavorável	Total nacional
Estudantes com renda altamente satisfatória (20-24 pontos)	21,9	8,4	3,4	2,0	6,8
Estudantes com renda satisfatória (14-19 pontos)	45,6	35,3	23,2	15,7	27,8
Estudantes com renda insatisfatória (7-13 pontos)	30,6	49,7	60,7	64,4	54,5
Estudantes com renda altamente insatisfatória	2,8	6,7	12,7	17,9	10,9
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: "Evaluación nacional de aprendizajes en lengua materna y matemáticas. Sexto año de enseñanza primaria", Montevideo, Unidad de Medición de Resultados Educativos, Administración Nacional de Educación Pública, 1996

TABELA 8 - RESULTADOS EM LÍNGUA MATERNA, SEGUNDO O CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL DAS ESCOLAS - URUGUAI

CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL	RESULTADOS (%)				Total nacional
	Muito favorável	Meio alto	Meio baixo	Muito desfavorável	
Estudantes com renda altamente satisfatória (20-24 pontos)	41,9	19,5	9,8	5,0	15
Estudantes com renda satisfatória (14-19 pontos)	43,3	48,1	40,9	32,8	41
Estudantes com renda insatisfatória (7-13 pontos)	14,0	29,7	43,2	52,7	37
Estudantes com renda altamente insatisfatória	0,8	2,8	6,1	9,5	5
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: "Evaluación nacional de aprendizajes en lengua materna y matemáticas. Sexto año de enseñanza primaria", Montevideo, Unidad de Medición de Resultados Educativos, Administración Nacional de Educación Pública, 1996

escolas rurais, de 400), os materiais de apoio e meios didáticos com que contam são melhores, e a infra-estrutura é adequada e funcional frente às precariedades que costuma apresentar a escola pública. Essas distâncias de qualidade são significativas se se leva em conta que a escola pública concentra a grande maioria da matrícula da região, e a escola privada, ao contrário, concentra porcentagem reduzida da mesma.

Ainda em sociedades com importantes ganhos em educação, como a uruguaia, observam-se diferenças significativas no rendimento segundo o contexto sócio-cultural dos diferentes tipos de escolas, como pode ser observado nas tabelas 7 e 8, a seguir (CEPAL, 1997a):

Uma instância hoje cada vez mais valorizada do processo educacional é o pré-escolar. Nele se estimulam e se desenvolvem capacidades e habilidades que influirão nas possibilidades de aprendizagem nas etapas seguintes. Na América Latina, essa etapa, fundamento das posteriores, encontra-se ao alcance de setores limitados. Segundo estimativas do CELADE-BID (1996), em 1990 somente 14% da população potencial estava atendida. Descreve Lavin (1994), a respeito, que essa oferta educacional "se dirige aos setores médios e altos, em que pese aos avanços na atenção a áreas marginalizadas, por meio de programas não formais de baixo custo". Estabelece-se aí, novamente, uma iniquidade no acesso a esse relevante nível educativo.

Todas as tendências mencionadas, as distâncias no abandono, repetência e qualidade entre os setores desfavorecidos e os de melhores rendimentos determinam "destinos educativos" muito diferentes. Puryear (1997) caracteriza assim a situação do conjunto:

Os sistemas de educação primária e secundária da América Latina estão fortemente segmentados em função do "status" econômico das pessoas, ficando as mais pobres relegadas ao sistema público, enquanto os ricos e a maioria da classe média frequentam colégios privados. Como resultado, tem-se um sistema profundamente segmentado, no qual os pobres recebem uma educação que é abertamente inferior à que recebem os ricos. Um número desproporcional daqueles que repetem e daqueles que abandonam é pobre. Também, quando os pobres permanecem no colégio, tendem a aprender menos.

Impactados pela pobreza e pelas profundas desigualdades das sociedades latino-americanas, os sistemas educativos, que aparecem como uma via fundamental para melhorar a mobilidade social e a igualdade de oportunidades, tendem a constituir circuitos rígidos para pobres e ricos, criando-se um "círculo perverso". As crianças desfavorecidas não completam, na maioria dos casos, estudos primários, e dificilmente estudos secundários; os estudos que cursam são de nível de qualidade inferior, ficando, portanto, em ampla desvantagem para ter acesso e permanecer no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, perceberam rendimentos muito inferiores aos dos setores com mais educação, ampliando-se as brechas de iniquidade. Conformarão, por sua vez, famílias com reduzido capital educacional e restrições sérias, que tenderão a gerar situações similares em seus filhos.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Ao se iniciar este novo século, o destino das nações aparece cada vez mais ligado à qualidade de sua população. Os níveis de saúde, educação, cultura, participação dos habitantes de um país são decisivos para a existência de democracias estáveis, obtenção do desenvolvimento sustentável, preservação do meio ambiente, crescimento cultural. Assim o evidencia o cenário histórico dos últimos 50 anos. Os países que investiram mais em sua população e o fizeram de modo sustentável, convertendo áreas como saúde, educação e cultura em verdadeira política de Estado são os que, na maioria dos casos, alcançaram crescimento econômico e progresso tecnológico mais sustentáveis, elevados indicadores de desenvolvimento humano, democracias ativas, maturidade cultural. Cuidar de sua população permitiu a eles avançar no caminho do desenvolvimento integrado. Mencionam-se com frequência, como referências significativas dessa ordem de desenvolvimento, os casos de países que encabeçam as estatísticas mundiais no plano econômico e no social, como Canadá, Noruega, Suécia, Dinamarca, Holanda, Bélgica, Israel e outros. Em todos esses países, estiveram entre as estratégias centrais que trataram de implementar a proteção e o desenvolvimento da família e o investimento continuado e crescente em educação.

Até o século XXI, as exigências históricas em relação a contar com uma população saudável e qualificada serão crescentes. Como assinala Thurow (1996), será um século do "conhecimento intensivo". A capacidade para gerar, absorver e manejar conhecimento será cada vez mais a chave dos processos produtivos. As indústrias de ponta, como comunicações, informática, biotecnologia, ciência da informação, robótica, dentre outras, estão baseadas em conhecimento. Num século que se anuncia como fundado no conhecimento, e no qual seguir-se-ão produzindo mudanças aceleradas, os níveis de saúde física e psicológica e os graus de formação da população serão decisivos na capacidade de os países se inserirem nesse contexto de explosão tecnológica. A produtividade, o progresso técnico, a possibilidade de colocação exitosa na economia globalizada estarão ligados ao capital humano de que disponha uma sociedade.

Como já se assinalou, as unidades familiares e os sistemas educacionais são estruturas fundamentais na modelagem da "qualidade da população" de um país. A família, como se demonstrou, incide em aspectos substanciais, tais como o padrão de valores, indicadores básicos de saúde, inteligência emocional e estilos de pensamento, afetando fortemente o desempenho educacional. Por outro lado, os graus de acesso às diferentes etapas do sistema educacional e a qualidade dos processos de aprendizagem definirão aspectos centrais do nível de qualificação da população.

A pobreza e a iniquidade latino-americanas estão golpeando fortemente essas estruturas, pilares da sociedade democrática, e causando graves danos econômicos, sociais e políticos à região.

Os desequilíbrios e os custos que isso gera têm implicações em múltiplos planos. A região chega ao século XXI com uma mão-de-obra muito debilmente preparada. Thurow (1998) ressalta: "Atualmente, para poder estar no nível necessário e poder competir no mundo, um trabalhador deve ter ao menos três anos de educação pós-média. Se não o tem, é um despreparado para o trabalho. O surgimento das grandes indústrias do futuro está baseado na capacidade intelectual de sua força de trabalho". Esse quadro contrasta duramente com o nível de escolaridade média da região, de cinco anos. As dificuldades familiares e as restrições educacionais incidem, desse modo, diariamente, sobre a produtividade do trabalho. Afetam seriamente aspectos básicos da qualidade de vida cotidiana de amplos setores da população, gerando fortes tensões sociais. São uma fonte de perda de credibilidade no sistema político. Levam a uma retração da participação. A presença de sua ação negativa, surda, pode ser observada numa infinidade de aspectos. É ilustrativo o peso que estão exercendo em um dos problemas que hoje está alarmando em maior medida todos os setores das sociedades latino-americanas, o aumento da insegurança e da criminalidade.

Segundo informes do BID (Notas Técnicas; e Buvinic, Morrison e Shifter, 1999), a taxa de homicídios da América Latina vem subindo fortemente. Aumentou mais de 44% entre 1984 e 1994. É atualmente a segunda mais alta do mundo. Há na região, anualmente, 22,9 homicídios por cem mil habitantes. A taxa é mais que o dobro da média mundial, que é de 10,7. Somente a África subsaariana tem taxa mais elevada. Muitas das cidades da região são consideradas, atualmente, cidades inseguras. As taxas de homicídios de algumas multiplicam muitas vezes a média mundial. As cidades com maiores taxas são: Medelin, com 248 homicídios para cada 100 mil habitantes; Cali, 112; Guatemala, 101,5; San Salvador, 95,4; Caracas, 76; Rio de Janeiro, 63,5; Bogotá, 49,2; e São Paulo, 48,5. No México, os roubos violentos triplicaram entre 1990 e 1996. Nessa capital, em 1990, foram roubados 40 automóveis por dia. Em 1996, a cifra passou para 157 automóveis por dia.

A criminalidade e a violência causam prejuízos de toda ordem, tendo elevados custos econômicos para as sociedades. As Nações Unidas estimam que o Brasil perde anualmente, por causa da violência, cerca de 10% de seu Produto Interno Bruto, a saber, 80 bilhões de dólares. Segundo estudo do Instituto de Estudos Religiosos e BID (1999), a violência custa ao Rio de Janeiro 1.100 milhões de dólares anuais, dos quais US\$ 500 são utilizados para atender às vítimas de assaltos e de confrontos com armas de fogo.

A criminalidade latino-americana tende a ter um caráter definido de "criminalidade juvenil". Grande parte dos delitos é perpetrada por jovens. As pesquisas sobre as suas causas identificam múltiplos fatores de ordem diversa.² Dentre eles, destacam-se claramente o tipo de família a que pertencem os jovens, o nível educacional que têm e seu grau de inclusão no mercado de trabalho.

Como já se observou, a família é uma das principais possibilidades que uma sociedade possui para a prevenção do delito. Se é assim, em vista do que está ocorrendo em amplos setores da região, onde a unidade familiar se apresenta desarticulada e precária diante do embate da pobreza e da iniquidade, a sociedade está perdendo de vista o papel que a família poderia jogar nesse campo.

Tem-se observado na região, e internacionalmente, clara correlação entre nível de educação e criminalidade. Como tendência, desde já com suas exceções, considera-se que, ao aumentar o nível educacional, reduz-se o delito. Na América Latina, vastos contingentes de crianças ficam, de fato, excluídos do sistema educacional antes mesmo de nele se iniciar.

²O tema é abordado em profundidade por Luis Ratinoff, em *Delincuencia y paz ciudadana*, BID, 1997.

A debilidade do núcleo familiar que, dentre outros aspectos, empobrece o rendimento educacional da criança e seu "capital social" (rede de contatos, filiação a associações etc.) e a falta de preparo são dois fatores que irão contribuir para que tenha limitadas possibilidades num mercado de trabalho caracterizado por altas taxas de desocupação. Suas chances são limitadas.

Em definitivo, vão se conformando em muitos países da região contingentes massivos de jovens de débil base familiar, excluídos do sistema educacional e do mercado de trabalho. Anomia e exclusão social são claramente fatores de risco em relação ao crescimento de condutas delituosas.

Pode-se enfrentar o conjunto de problemas identificados? É possível encarar de modo concreto as debilidades que apresentam as duas grandes estruturas formadoras dos recursos humanos da região: família e educação?

Não é admissível nenhuma declaração de impotência a respeito. A América Latina possui enormes recursos potenciais de caráter econômico e uma história plena de valores para encarar problemas dessa ordem. Conta, atualmente, com um ganho de gigantescas proporções, a democratização da região. Esse desafio tem de ser prioridade para as democracias estabelecidas na América latina, com tantos esforços e lutas da população. É o que se espera de um sistema democrático.

Amartya Sen (1981) identificou como as grandes necessidades massivas deste século produziram-se sob regimes ditatoriais. Ao contrário, na democracia, a pressão da opinião pública, dos meios de comunicação e de diversas expressões da sociedade organizada obrigam os poderes públicos a se prevenir.

Os Estados e as sociedades latino-americanas devem se propor a amplos pactos sociais para fortalecer a família e melhorar a situação educacional.

As políticas públicas na região devem ter em vista os papéis transcendentais que joga a família e atuar em consonância. O discurso público usual na América Latina faz contínua referência à família, mas, na realidade, não há registro em termos de políticas públicas. São limitados os esforços para desenhar políticas orgânicas de proteção e fortalecimento da unidade familiar, desesperada pelo avanço da pobreza e pela iniquidade. Existem numerosas políticas setoriais, para mulheres, crianças, jovens, mas poucos intentos para desenhar uma política vigorosa que alcance a unidade que nos enquadra a todos, e que vai incidir profundamente na situação de cada um, a família.

A política social deveria estar fortemente voltada para essa unidade decisiva. É necessário dar apoio concreto à constituição de famílias nos setores desfavorecidos, proteger passo a passo as diversas etapas da maternidade, respaldar as sobreexigências que se colocam para as famílias com problemas econômicos nos momentos críticos fundamentais de sua existência, dar a elas apoio para erradicar o trabalho infantil e para que suas crianças possam dedicar-se à escola, desenvolver uma rede de serviços de apoio às mesmas (creches, apoio para idosos e incapacitados etc.), estender as oportunidades de desenvolvimento cultural e de lazer familiar. Isso exige políticas explícitas, instrumentos organizacionais para sua execução, dotação de recursos, alianças entre setor público e setores da sociedade civil que possam contribuir para esses objetivos.

No campo educacional, têm-se realizado esforços importantes, mas há muitíssimo que fazer frente à magnitude dos déficits existentes. Portanto, requer-se que a sociedade em seu conjunto assuma a educação como um dos principais investimentos que um país deve realizar para cuidar de seu futuro e, por essa razão, dediquem-se os recursos correspondentes. Apesar dos avanços em numerosos países da região, o gasto em educação tende a estar na ordem, ou por baixo, de 4% do PIB. Em alguns dos países que "apostaram" na educação de modo consistente a situação é outra. Na Noruega

e Dinamarca, esse percentual é de 8,3%; em Israel, de 9%; na Suécia, 8%; na Finlândia, 7,6%; na Espanha, 6,2%. Estima-se que os países desenvolvidos destinam 115.220 dólares, em média, para cobrir a formação de uma pessoa desde o pré-escolar até concluir seus estudos na universidade. Em um dos países mais avançados comparativamente, na região, a Argentina, a estimativa é de 12.644 dólares. Ante realidades dessa ordem, assinala Birdsall (1994): "Os pobres têm recebido um direito – haverá educação universal. Mas sem recursos, a qualidade dessa educação e, por conseguinte, o valor desse direito despencaram".

Deve-se continuar estendendo as possibilidades de inserção no sistema educativo. Como referido, a participação na educação pré-escolar, particularmente da população humilde, é muito reduzida. No primário, todavia, ficam retidos setores significativos, particularmente nas áreas rurais, que devem ser incorporados. Em algumas das áreas rurais, segue havendo um viés discriminatório para as meninas. Nas áreas rurais da Guatemala, por exemplo, muitas meninas não chegam à escola e duas de cada três que a iniciam a abandonam antes de completar a terceira série. Sessenta por cento da população feminina do país é analfabeta.

As políticas públicas devem encarar vigorosamente a iniquidade na qualidade da educação ofertada. Uma estratégia fundamental para isso é o fortalecimento da escola pública. Devem ser criadas hierarquias para os professores, eixos de qualquer processo de avanço, revisados os currículos, melhorados os meios didáticos e a infra-estrutura. Requer-se conformar uma verdadeira profissão docente, com salários adequados, oportunidades de crescimento e capacitação, que possa atrair jovens talentosos. Em diversos países da Europa Ocidental, por exemplo, os professores ganham salários maiores em relação aos salários médios da economia, indicando a importância que se dá a seu trabalho. Puryear (1997) destaca, sobre a situação dos professores na região: "Permitiu-se a deterioração da profissão docente. Os professores de todos os níveis educacionais estão geralmente malformados, e pior pagos, e têm poucos incentivos para a excelência profissional e o aperfeiçoamento. Os baixos salários e as condições precárias pioraram, particularmente o recrutamento de novos professores". Germán Rama (1993) reconstrói como evoluiu a situação:

formar um bom corpo de professores para todas as escolas e um bom sistema de orientação e supervisão, enquadrado o todo em uma ética da função do professor na sociedade, levou em algumas sociedades a um esforço de meio século. Políticas de ajuste econômico que, sem se propor a sê-lo intencionalmente, pauperizaram os professores, deixaram de manter e construir locais escolares e amontoaram as crianças, promoveram uma profunda crise da profissão de professor. Os melhores professores buscaram ocupação em outra parte, os que ficaram burocratizaram-se e deixaram de acreditar no que faziam – porque, por meio das políticas públicas, desvalorizou-se esse nobre ato de ensinar as crianças –, os jovens capazes não quiseram ir se formar nos institutos normais e, em alguns países, é possível que no futuro imediato não haja jovens profissionais para substituir os antigos, que se retiram ou abandonam, e se volte a um ensino com professores sem título.

É impossível resolver esses problemas? Parece que existem, sim, vias efetivas para enfrentá-los. Na mesma região, vários países fizeram esforços continuados, com excelentes resultados. A Costa Rica, país com recursos econômicos muito modestos, considerou a educação um grande projeto nacional, e uma ampla concertação social apoiou seu contínuo fortalecimento durante décadas. Apresenta altos indicadores de rendimento educacional. Dentre outros aspectos, a qualidade de suas escolas foi um dos principais fatores que permitiram atrair, recentemente, inversões tecnológicas de ponta que sabem que contam com respaldo sólido em um sistema educacional. Em 1997, modificou sua constituição para introduzir nela uma cláusula que obriga os governos a investir em educação no mínimo 6% do Produto Interno Nacional. Isso foi aprovado unanimemente por todas as forças políticas. O Uruguai, com significativos ganhos em educação, está

procurando, não obstante, chegar à universalização do pré-escolar para o ano 2000. O Chile democrático elevou consideravelmente o orçamento para a educação, fortaleceu a profissão docente, aumentou os salários dos professores em termos reais em 80%, de 1990 a 1998, e iniciou uma política sustentada de melhoria da qualidade em educação.

Colocar em prática políticas agressivas e sustentáveis de família e educação geraria, assim, uma série de círculos virtuosos positivos que derivariam de inter-relações entre ambas. Famílias mais fortes influirão no maior rendimento educacional das crianças nas escolas. Melhores níveis de escolaridade, por sua vez, levarão a uma redução da maternidade precoce. Os resultados podem alcançar dimensões como as que assinalaram diversos estudos, que indicam que uma das mais produtivas inversões que pode fazer uma sociedade é melhorar a educação de suas crianças. Na América Latina, estimou-se que, agregando apenas um ano de escolaridade para as crianças pobres, reduzir-se-ia a mortalidade infantil em nove por mil. Por meio dessa ampliação de sua educação, estar-se-ia proporcionando a elas um capital de conhecimentos que lhes possibilitaria prevenir a gravidez adolescente, manejar melhor o período pré-parto, o parto, a etapa posterior, e melhorar a gestão nutricional.

O peso da pobreza e da iniquidade sobre os setores humildes da América Latina está criando "situações sem saída", às quais é imprescindível enfrentar por meio de políticas como as referidas, e outras que abordem os planos mais amplos do emprego, da produção e de diversos outros aspectos econômicos. É inadmissível que possam seguir operando "círculos de ferro" como o que capta um informe sobre a família, da CEPAL (Panorama Social..., 1997). Assinala que "[...] segundo o país, entre 72% e 96% das famílias em situação de indigência ou pobreza têm pais com menos de 9 anos de instrução". Isso significa que a pobreza, na região, leva à limitada educação, que, por sua vez, conduz à formação de famílias cujos filhos terão reduzida escolaridade, o que influirá na manutenção dos destinos familiares de pobreza intergerações.

Poder-se-á argumentar que não existem recursos para levar adiante políticas de família e educação renovadas. É necessário, desde já, fazer todo o possível para que os países cresçam, melhorem sua produtividade e competitividade e se ampliem os recursos, mas, ao mesmo tempo, faz-se imprescindível manter uma discussão ativa sobre as prioridades. Essa ordem de discussão estimulará a racionalização no uso dos recursos limitados. Ao mesmo tempo, devem-se ampliar os recursos, convocando amplamente toda a sociedade a participar ativamente de políticas fortalecedoras da família e da educação. Diversas sociedades avançadas do mundo contam, em ambos os campos, com grandes aportes da sociedade civil e de trabalho voluntário. Por outro lado, experiências como as antes citadas, de países pequenos da mesma região, com recursos limitados, como Costa Rica e Uruguai, mostram que é muito o que se pode fazer, se as prioridades estão claras.

O fortalecimento da família e da educação está melhorando o capital humano da sociedade, pilar do crescimento econômico e do desenvolvimento social, e base da estabilidade democrática; além disso, atuar nessa direção não é somente melhorar um meio, até o fim último de toda a sociedade democrática. A família é uma base fundamental

para múltiplas áreas de atividade, mas é sobretudo um fim em si mesmo, e assim ocorre com a educação. Fortalecê-la é dar um passo efetivo para as possibilidades de desenvolvimento das potencialidades do ser humano; é dignificá-lo, ampliar suas oportunidades; é fazer crescer sua liberdade real.

Cada hora que transcorre nesta América Latina, afetada pelos problemas sociais descritos, sem que haja políticas efetivas em campos determinados, significará mais famílias destruídas, ou que não chegaram a se formar, mães adolescentes, crianças abandonando a escola, jovens excluídos. A ética, em primeiro lugar, a proposta da democracia e o ideário histórico da região exigem somar esforços e atuar com urgência para evitar o agravamento dessa situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

- Banco Interamericano de Desarrollo (1998). "Facing up to inequality in Latin America". *Economic and Social Progress in Latin America, 1998-99 Report*. Washington.
- Barker, Gary y Miguel Fontes (1996). "Revisión y análisis de la experiencia internacional con programas dirigidos a los jóvenes en riesgo. Resultados preliminares". *Grupo de Desarrollo Humano, Región de América Latina y el Caribe*, Banco Mundial.
- BID-CEPAL-PNUD (1995). "Informe sobre la situación social de América Latina".
- BID (1998). Informe sobre progreso economico y social. Washington.
- Birdsall, Nancy y Juan Luis Londoño (1997). "Asset inequality matters: an assessment of the World Bank's approach to poverty reduction." *American Economic Review*, May.
- Birdsall, Nancy (1994). "Quality and inequality in Latin American Education." En *Putting education first*, Conference, Washington, 15 November 19/94 (mencionado en Jeffrey Puryear, "La educación en América Latina: problemas y desafíos", PREAL, 1997).
- Bourdieu, Pierre y Alain Darbel (1969). "L'amour de l'art. Les musées d'art européen et leur public". Edition du Minuit, Paris.
- Buvinic, Mayra, Andrew R. Morrison, and Michael Shifter (1999). "Violence in the Americas: a framework for action." En Morrison, Andrew and María Loreto Biehl (Editors), *Too close to home*, Inter-American Development Bank.
- Buvinic, Mayra. En informativo especial BID, "Violencia Doméstica" (1997). *Notas técnicas*, División de Desarrollo Social, BID, 1999.
- BID, Informativo especial, "Violencia Doméstica" (1997).
- Cabrillo, Francisco (1990). "El gasto público y la protección de la familia en España: un análisis económico". Fundación para el Análisis y los Estudios Sociales, Madrid.
- CELADE-BID (1996). "Impactos de las tendencias demográficas sobre los sectores sociales en América Latina".
- CEPAL (1997a). "La brecha de la equidad", Santiago de Chile.
- CEPAL (1997b). "Panorama social de América Latina", Santiago de Chile.
- P. Gerstenfeld, e outros, "Comparación regional del impacto de las características del hogar en el logro escolar", *Variables extrapedagógicas y equidad en la educación media: hogar, subjetividad y cultura escolar*, serie Políticas Sociales, N° 9, CEPAL, Santiago de Chile, diciembre de 1995

*As referências bibliográficas e as fontes das citações foram mantidas inalteradas, não sofrendo normalização. (N.T.)

Organización Panamericana de la Salud y Cepal (1998). Health, Social equity and Changing Production Patterns in Latin America and the Caribbean, Technical Paper n.46.

Dafoe Whitehead, B. (1993). "Dan Quayle was right." *The Atlantic Monthly*, New York, April.

Comisión de Empleo y Bienestar Social del Congreso de México (1999). Informe mencionado por The New York Times, 18 de enero de 1999.

"Evaluación nacional de aprendizajes en lengua materna y matemáticas. Sexto año de enseñanza primaria", Montevideo, Unidad de Medición de Resultados Educativos, Administración Nacional de Educación Pública, 1996FUNDACREDESA (1999). "Informe sobre el crecimiento y desarrollo de la población venezolana", Caracas.

Goleman, Daniel (1995). "La inteligencia emocional". Javier Vergara Editores.

INDES-SIEMPRO (1999). Informe mencionado por Clarín, 8 de junio de 1999, Buenos Aires.

Kaztman, Rubén (1997). "Marginalidad e integración social en Uruguay". *Revista de la Cepal*, N° 62, agosto.

Kaztman, Rubén (1992). "¿Por qué los hombres son tan irresponsables?" *Revista de la CEPAL*, N° 46, abril.

Kliksberg, Naum (1999). "Prácticas de interacción y de pensamiento democráticas y autoritarias". *Revista Venezolana de Gerencia*, N° 7, Universidad del Zulia, Venezuela.

Lavin, S. (1994). "Principales tendencias, temas relevantes, y estrategias en el desarrollo educacional de América Latina en la perspectiva de desarrollo humano". Preparado para UNESCO-PNUD, *Estrategias de desarrollo humano en América Latina: la perspectiva educacional*, Chile.

LatinBarómetro (1998). "Encuesta 1998", Santiago de Chile.

Lori L. Heise, et al., "Violence against women: The hidden burden," Banco Mundial, 1994

Navarro, Vicenc (1999). "El olvido de la cotidianidad". *Diario El País*, 6 de febrero de 1999, Madrid.

Ocampo, José Antonio (1998). "Conferencia en Asamblea Extraordinaria de la OEA", abril de 1998, Bogotá.

OIT. "Informe 1999", Ginebra.

Piras, Claudia (1997). "Una herramienta para mejorar la educación: mayor poder para las escuelas". *Políticas de Desarrollo*, Boletín OCE, BID.

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, Unión Europea (1999). "Informe del Proyecto Estado de la Región", San José.

Puryear, Jeffrey (1997). "La educación en América Latina. Problemas y desafíos". PREAL.

Rama, Germán (1993). En "Reforma Social y Pobreza", BID-PNUD, Washington, 1993.

Rupp, Jan C. (1997). "Rethinking cultural and economic capital. Reworking class." Edited by John Hall, New York, Cornell University Press.

Schiefelbein, Ernesto (1995). "Programa de acción para la reforma educativa en América Latina y el Caribe". *Conferencia Anual del Banco Mundial para el Desarrollo*.

Sen, Amartya (1981). "Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation." Clarendon Press, Oxford.

Thurow, Lester C. (1996). "Preparing students for the coming century." *Education Review*, The Washington Post, April 7.

Thurow, Lester C. (1998). *Reportaje*, La Nación, 21 de junio de 1998, Buenos Aires.

Tokman, Víctor (1998). "El desempleo no se va de América Latina". *Clarín*, 18 de diciembre de 1998, Buenos Aires.

UNICEF (1995). "Menores en circunstancias especialmente difíciles", Caracas.